



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

**SÃO PAULO
2011**



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SÃO PAULO

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 2.546/2010.

São Paulo
2011



Lista de Abreviações e Siglas

- CGU – Controladoria-Geral da União**
- CPL – Comissão Permanente de Licitação**
- DN – Decisão Normativa**
- DPF – Departamento de Polícia Federal**
- DPF/CAS/SP – Delegacia de Polícia Federal em Campinas**
- DPF/STS/SP – Delegacia de Polícia Federal em Santos**
- IN – Instrução Normativa**
- IPL – Inquérito Policial**
- LOA – Lei Orçamentária Anual**
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento**
- PIB – Produto Interno Bruto**
- Port. – Portaria**
- PPA – Plano Plurianual**
- RG – Relatório de Gestão**
- SELOG – Setor de Administração e Logística Policial**
- SETEC – Setor Técnico-Científico**
- SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais**
- SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**
- SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos**
- SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento**
- SIP – Setor de Inteligência Policial**
- SPO – Setor de Planejamento Operacional**
- STI – Setor de Tecnologia da Informação**
- SR – Superintendência Regional**
- SR/DPF/SP – Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo**
- SRH – Setor de Recursos Humanos**
- TCU – Tribunal de Contas da União**
- UG – Unidade Gestora**
- UO – Unidade Orçamentária**



Lista de Tabelas e Declarações

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1 - Identificação.....	14
Quadro A.2.1.a - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	18
Quadro A.2.1.b - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	19
Quadro A.2.1.c - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	20
Não houve contingenciamento de recursos, tendo por base a previsão orçamentária para a descentralização dos recursos pelos Órgãos Centrais para a SR/DPF/SP.....	21
Quadro A.2.1.d - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	21
Quadro A.2.2 – Execução financeira das ações realizadas pela Unidade	22
Quadro A.2.3- Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação da Unidade	23
Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	24
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	25
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	26
Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	28
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2010.....	29
Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.....	30
Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	30
Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010	31
Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....	31
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários	32
Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010	32
Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	33
Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	34
Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	35



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Quadro 5.6-a - Entrada e saída de servidores da SR/DPF/SP	36
Quadro 5.6-b- Saldo de servidores da SR/DPF/SP	36
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ.....	37
Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	40
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ..	42
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros ..	42
Quadro A.11.3– Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	43
Quadro A.12.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	45
Quadro B.1.2.a - Declaração do Contador da SR/DPF/SP.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro B.1.2.b - Declaração do Contador da DPF/STS/SP	49



Sumário

INTRODUÇÃO	12
PARTE A – CONTEÚDO GERAL	14
1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO.....	14
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	16
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	16
2.1.1. COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL	16
2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	17
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	17
2.2.1. ANÁLISE DO ANDAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO DA UNIDADE OU DO ÓRGÃO EM QUE A UNIDADE ESTEJA INSERIDA.....	18
2.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO DA UNIDADE REFERENTE AO EXERCÍCIO A QUE SE REFERIR O RELATÓRIO DE GESTÃO.....	18
2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	18
2.3.1. EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ	18
2.3.2. EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	22
2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO	23
2.4.1. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	23
2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS DESPESAS.....	23
2.4.3. INDICADORES INSTITUCIONAIS	26
2.4.3.1. INDICADORES DE DESEMPENHO	26
2.4.3.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO	27
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	28
4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E O SALDO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28
4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	28
4.2. ANÁLISE CRÍTICA	28
5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	29



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

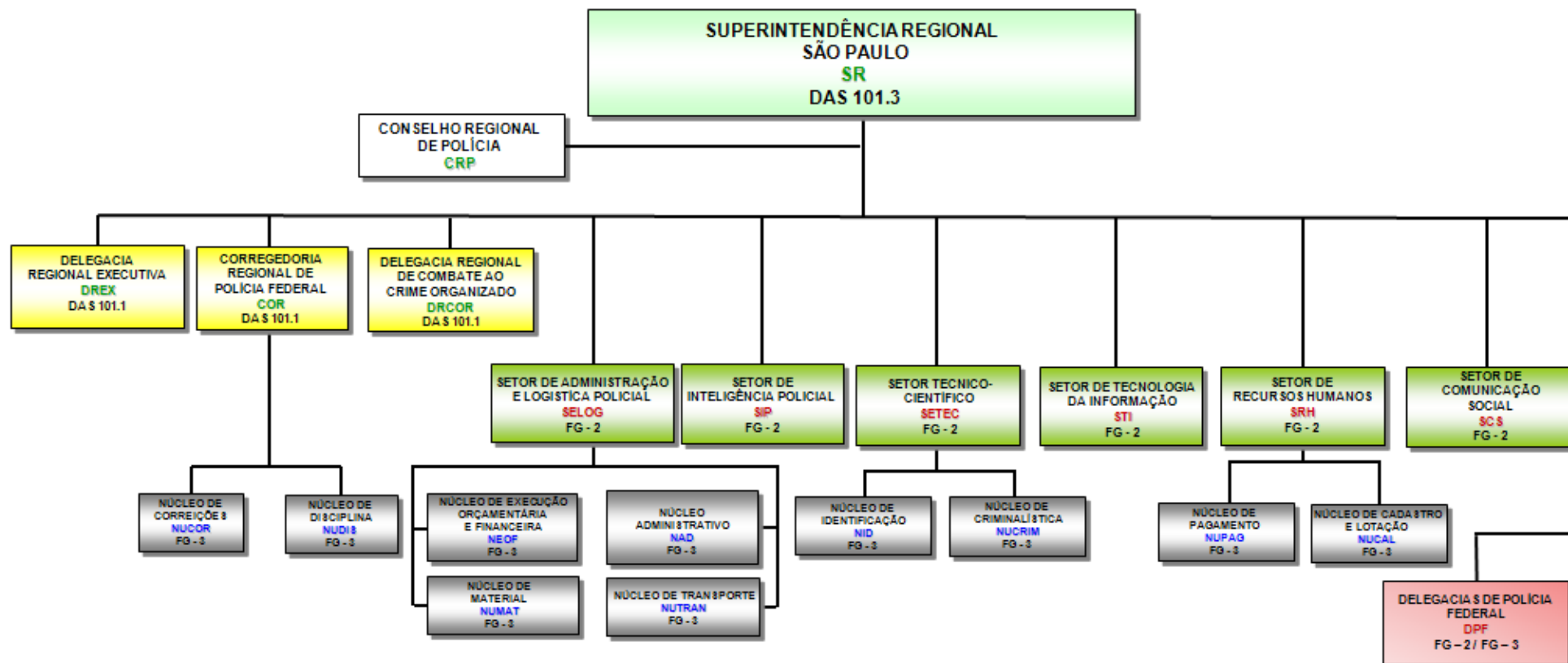
6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTO CONGÊNERES	37
7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	37
7.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	37
8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	40
9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	42
10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ	45
11. INFORMAÇÃO SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ, BEM COMO SOBRE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL VOLTADAS PARA A AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS.....	47
12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU.....	47
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO.....	48
13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ	Erro! Indicador não definido.
14. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL	50
15. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO	50
16. INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO.	50
17. INDICADORES DE DESMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 40/2002.	50
18. RELATÓRIO DE REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO NOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE NA FORMA DO ART. 12 DA RESOLUÇÃO BACEN Nº 2682, DE 21/12/1999.	50
19. INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINSITRADORES DA UJ, MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMISNITRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.	50

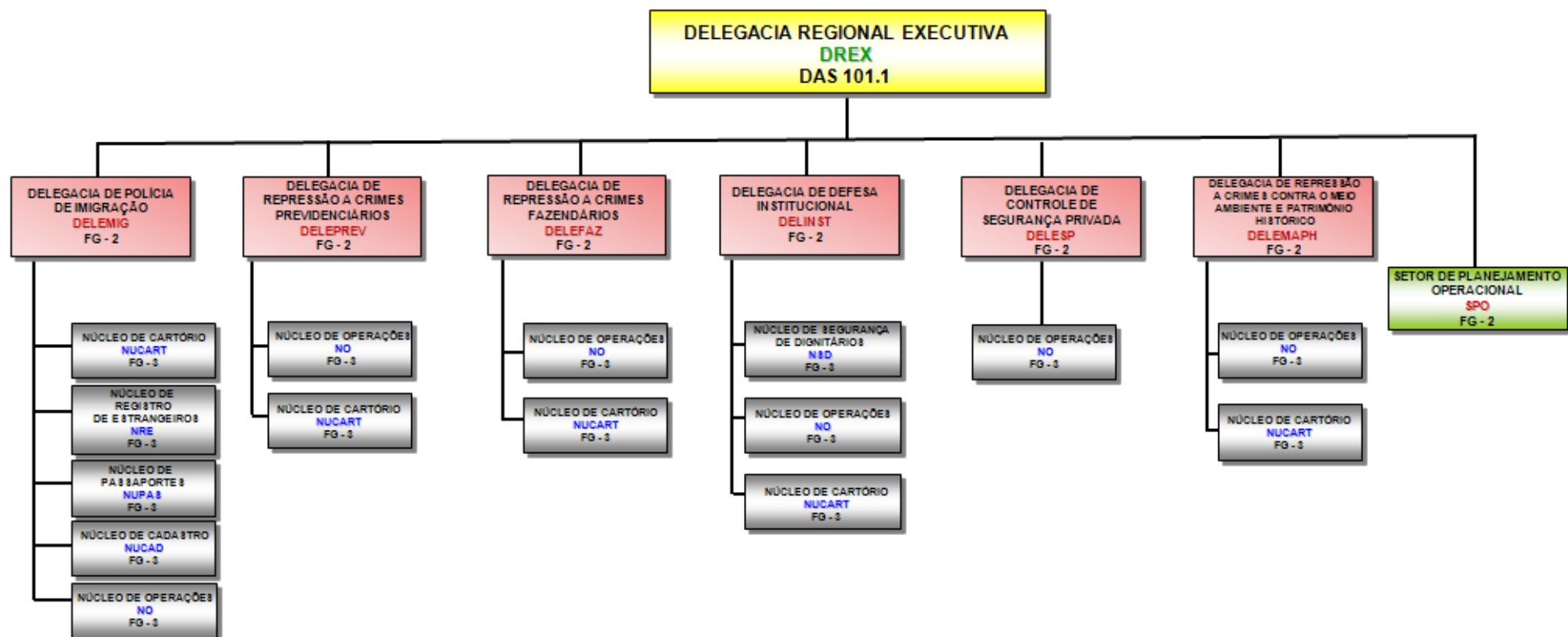


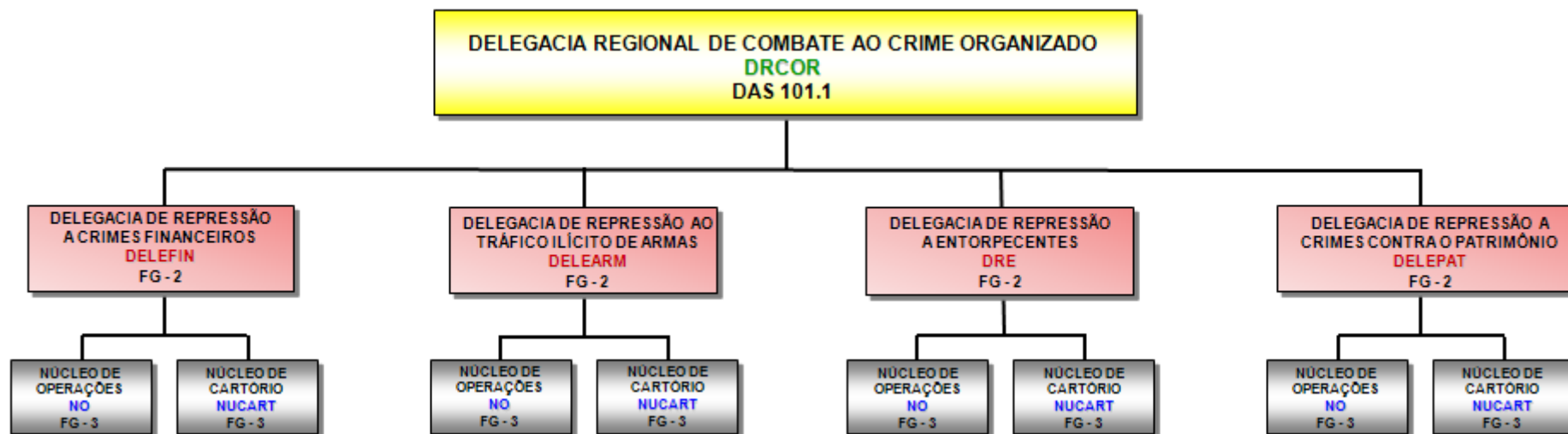
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

20. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS50
21. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS
Erro! Indicador não definido.
22. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL.....**Erro! Indicador não definido.**
23. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO**Erro! Indicador não definido.**

ORGANOGRAMA FUNCIONAL









INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações da Portaria CGU nº 2546, de 27/12/2010.

O conteúdo geral deste relatório está estruturado conforme Anexo III da DN TCU nº 107/10 e de forma sistemática segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 107/2010, ou seja: informações gerais de identificação, informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira, informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar de exercícios anteriores, informações sobre os recursos humanos, informações sobre critérios ambientais de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços, informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário, informações sobre a gestão de tecnologia da informação, informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes às transferências de recursos mediante convênio e à renúncia tributária não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UJ.

No exercício de 2010 não houve deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatório de auditoria da CGU tampouco recomendações realizadas pela unidade de controle interno.

A Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo está estruturada em dezoito (18) unidades operacionais, composta pela sede da Superintendência, por quinze (15) Delegacias de Polícia Federal descentralizadas, sediadas nas cidades de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Campinas, Cruzeiro, Jales, Marília, Santos, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião e Sorocaba, além de uma Delegacia Especial no Aeroporto de Congonhas e outra no Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, dez (10) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, **subordinadas à Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes e Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, **subordinadas à Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**), e sete (7) Setores (Setor de Planejamento Operacional, Setor de Comunicação Social, Setor de Tecnologia da Informação, Setor de Inteligência Policial, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial).

Considerando que o Estado de São Paulo, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; faz divisa com os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro; possui a mais densa malha rodoviária do país, por onde é realizado o escoamento externo e interno de mercadorias oriundas destes e de outros Estados da Federação; é onde se encontra em operação o Porto de



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2010

Santos, o Aeroporto de Guarulhos/SP (Cumbica), o Aeroporto de Congonhas e o Aeroporto de Viracopos, em Campinas, maiores terminais da América Latina no que se refere à entrada e saída de mercadorias e passageiros; abriga o maior parque industrial e a maior produção econômica - mais de 12% do PIB do país - e, possui uma população de mais de 40.000.000 (quarenta milhões) de habitantes, comparável à população do Canadá, país de dimensões continentais, a Superintendência Regional concentrou seus esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, como o tráfico de drogas, o contrabando e o descaminho, o crime financeiro, a sonegação fiscal, as fraudes contra a previdência social, a corrupção e o desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu principal instrumento, valendo tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas.

No ano de 2010, a SR realizou mais de 140 (cento e quarenta) operações policiais, resultando no cumprimento de aproximadamente 440 (quatrocentos e quarenta) mandados de busca e apreensão e 935 (novecentos e trinta e cinco) prisões.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 14.875 (catorze mil oitocentos e setenta e cinco) Inquéritos Policiais, concluídos 19.190 (dezenove mil cento e noventa), e ficaram em aberto (em andamento) 29.323 (vinte e nove mil trezentos e vinte e três) inquéritos.

Considerando que em 2010 foi um ano eleitoral, a estratégia de atuação desta Superintendência, teve como meta para o exercício priorizar a área de defesa institucional, o combate aos crimes eleitorais e os desvios de dinheiro público. Também foram priorizadas as operações de combate ao tráfico de entorpecentes e aos crimes financeiros.



PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

Quadro A.1.1 - Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo			
Denominação abreviada: Polícia Federal em São Paulo (SR/DPF/SP)			
Código SIORG: 1138	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 200360
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(011) 3538-5927	(011) 3538-5582	(011) 3538-5930
Endereço eletrônico: gab.srsp@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Hugo D'Antola, 95, 05038-090, São Paulo, SP			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome		Situação	Código SIORG
Delegacia de Polícia Federal em Santos (DPF/STS/SP)		Ativa	22570
Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/STS		Ativa	NA
Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/SP		Ativa	NA
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. SR/DPF/SP: - Portaria nº 527 – 24.12.1964 – Cria a Delegacia Regional de SP. - Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 - Altera, em caráter provisório, a estrutura do DPF. - Portaria nº 39/75 – DG/DPF – 17.03.1975 (Ativação) Transforma a Divisão de São Paulo em Superintendência. DPF/STS/SP: - Portaria nº 170/65 – 14.04.1965 – Cria a Sub-Delegacia Regional. - Decreto nº 70.665 de 02.06.1972 – Transforma Sub-Delegacia em Divisão de Polícia Federal. - Portaria nº 39/75 – DG/DPF – 17.03.1975 – Transforma a Divisão de Santos em Delegacia. FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997 - Institui o Fundo para Aparentamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL.			



Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça.
- Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, aprova o Regimento Interno do DPF.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005 – Define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do DPF e as atribuições de seus dirigentes.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

A Carta de Serviços ao Cidadão é uma ferramenta de gestão fornecida pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.

As ações desse Programa têm por objetivo tornar as organizações públicas cada vez mais preocupadas com a sociedade. Nesse sentido, a Carta de Serviços da Polícia Federal – PF – facilita e amplia o acesso do cidadão aos serviços e estimula sua participação no monitoramento do setor público, promovendo a melhoria da qualidade do atendimento.

A Carta de Serviços está disponível no site <http://www.dpf.gov.br>.

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
200362	Delegacia de Polícia Federal em Santos (DPF/STS/SP)
200416	Delegacia de Polícia Federal em Campinas (DPF/CAS/SP)

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
200361	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – SR/DPF/SP
200363	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – DPF/STS/SP
200417	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) – DPF/CAS/SP

Observação: Dentre as unidades da estrutura da SR/DPF/SP, apenas a DPF/STS/SP e a DPF/CAS/SP possuem autonomia orçamentária, financeira e patrimonial, sendo que a DPF/CAS/SP não executou qualquer recurso orçamentário em 2010 em razão da sua recente criação. Os recursos aplicados pela DPF/STS/SP, unidade pertencente à estrutura da SR/DPF/SP, serão consolidados nos demonstrativos do presente Relatório de Gestão, de acordo com a Decisão Normativa – TCU nº 107, de 27.10.2010.

As Unidades Gestoras denominadas Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (FUNAPOL) executam recursos específicos oriundos, dentre outras origens, de multas de Segurança Privada, taxas de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos e de taxas de Migração. As despesas são destinadas, principalmente, ao pagamento de diárias aos servidores em missões policiais em todo o território nacional, operações policiais e construção de sedes próprias. As informações sobre a gestão das unidades FUNAPOL também serão incluídas (consolidadas) nos demonstrativos do Relatório de Gestão da SR/DPF/SP, conforme a Decisão Normativa – TCU nº 107, de 27.10.2010.



2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

2.1.1. Competência Institucional

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, criado pelo Decreto-Lei nº 6.378/1944, que faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados da Federação pelas Superintendências Regionais, que executam suas próprias despesas, como unidades gestoras. A Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/DPF/SP) possui circunscrição em todo o território do Estado de São Paulo.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos órgãos de segurança pública incumbidos de atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, devendo “*apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.*” (Art. 144, §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Dessa forma, a SR/DPF/SP exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL Relatório de Gestão de 2010

das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência Regional e das Unidades Descentralizadas.

2.1.2. Objetivos Estratégicos

No ano de 2010, os seguintes objetivos estratégicos da instituição foram eleitos, de forma ampla, pela Direção Geral:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da missão da instituição que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária.”

Os objetivos estratégicos, com foco na missão da instituição, buscam a visão de futuro do DPF, que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana.”

No decorrer do ano de 2010, a SR/DPF/SP realizou diversas ações e operações policiais e, com inteligência, paciência, criatividade e estratégia, cumpriu com sua missão institucional e otimizou a utilização dos recursos orçamentários, a despeito dos percalços típicos da atividade policial na busca pela verdade real.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Para atender aos objetivos e prioridades organizacionais, no exercício de 2010, a atuação da Superintendência Regional no Estado de São Paulo abrangeu diversas operações de combate ao crime organizado, seguindo as diretrizes da Direção Geral e com orientação das Diretorias e Coordenações das respectivas áreas.

Ao longo dos anos, a Polícia Federal vem modificando suas estratégias de atuação com base na sistematização das experiências históricas e com a celeridade requerida em cada caso, sem, contudo, perder o foco da sua missão institucional. Esse é o contexto no qual a SR/DPF/SP está inserida e, portanto, a forma como atua frente às responsabilidades institucionais.

As limitações internas da unidade como problemas de instalações, deficiências de pessoal, restrições no orçamento e nos recursos financeiros, de forma exclusiva ou conjunta, levaram à opção por um determinado caminho ou orientação para a gestão e a abandonar outras opções.

Fator que minimiza o impacto das limitações internas reside na cooperação entre as diversas Superintendências da Polícia Federal nas unidades da federação, na existência dos Órgãos Centrais e na eficiência das comunicações internas. Tais fatores permitem que a



SR/DPF/SP seja contextualizada dentro de uma visão nacional e que ações concentradas sejam possíveis.

2.2.1. Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

O plano de ação e a estratégia de atuação a ele associada são compartilhados e revisados permanentemente pelos Órgãos Centrais, com participações periódicas de todas as Superintendências. Tal sistemática certamente orienta os trabalhos da SR/DPF/SP e promove a convergência dos esforços e eficiência da utilização dos recursos disponíveis.

2.2.2. Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

No plano de ação anual, não foi necessária a adoção de mudanças substanciais nas linhas de atuação.

Não foram realizadas alterações relevantes ao longo do exercício no plano de ação, pois não ocorreram aspectos relevantes que justificassem adoção das decisões.

2.3. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

A análise dos programas de governo sob a responsabilidade compartilhada da SR/DPF/SP será realizada mediante dois demonstrativos, quais sejam: Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da SR/DPF/SP e Execução Física das ações realizadas. O primeiro compreende uma série de informações sobre os resultados alcançados na gestão de programas de governo sob sua responsabilidade, enquanto o segundo apresenta os resultados físicos alcançados na gestão das ações inscritas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de referência do relatório de gestão.

2.3.1. Execução dos programas de Governo sob responsabilidade da UJ

O demonstrativo “Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ”, apresentado no quadro abaixo, está composto por três (3) conjuntos de informação, a saber: Identificação do Programa de Governo, Informações orçamentárias e financeiras do Programa e Informações sobre os resultados alcançados, que se descrevem a seguir.

Quadro A.2.1.a - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0662	Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade.
Tipo do Programa: Finalístico.	
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça.	
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

sob a competência da União.						
Gerente: Não informado.				Responsável: Ministério da Justiça (MJ)		
Público Alvo: Sociedade.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	9.022.425,80	8.807.334,46	215.091,34	8.807.334,46	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (percentagem)	31/12/2006	63,60	80,00	80,00	129,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Superintendência e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado						
Conforme verificado acima, conseguiu-se atingir índices melhores que o exigido no PPA, devido à melhoria dos procedimentos adotados na condução dos inquéritos em andamento, na melhor qualificação do pessoal e na utilização de técnicas mais adequadas para agilizar a conclusão dos inquéritos. Em 2010, foram instaurados 14.875 inquéritos e relatados 19.190, o que permitiu um índice maior que 100, o qual é objetivo constante desta unidade para redução do número de inquéritos acumulados.						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI, SISCART, COR/SR/DPF/SP e Relatório de Atividades

Quadro A.2.1.b - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1353	Denominação: Modernização da Polícia Federal
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça	
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: -			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	4.223.700,00	3.302.001,74	921.698,26	3.302.001,74	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Este Programa não possui indicador para o DPF.					
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI

Quadro A.2.1.c - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não informado.	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.	
Gerente: Não informado	Responsável: -
Público Alvo: Governo	
Informações orçamentárias e financeiras do Programa	
Em R\$ 1,00	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	41.542.930,99	37.543.628,50	3.999.302,49	37.528.427,67	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Este Programa não possui indicador(es).					
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI

Não houve contingenciamento de recursos, tendo por base a previsão orçamentária para a descentralização dos recursos pelos Órgãos Centrais para a SR/DPF/SP.

Quadro A.2.1.d - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Tipo do Programa: -					
Objetivo Geral: -					
Objetivos Específicos: -					
Gerente: -			Responsável: -		
Público Alvo: -					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
-	-	118.116,06	118.116,06	0,00	118.116,06



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	Este Programa não possui indicador para o DPF.					
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Fonte: SIGPLAN, SIAFI

*As informações de dotação não se aplicam a Unidade Gestora, pois a previsão na Lei Orçamentária Anual especifica somente o orçamento do Órgão da Unidade Orçamentária, ou seja, do Departamento de Polícia Federal, e não na Unidade Executora.

2.3.2. Execução física das ações realizadas pela UJ

Neste demonstrativo estão relacionadas as ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de 2010 que foram objeto da gestão. O demonstrativo é composto de dez (10) itens de informação, compondo uma linha detalhe da LOA, conforme se descreve no quadro A.2.2.

As funções, subfunções, programas e ações abaixo relacionados, embora sejam inerentes à atividade policial e, portanto, objeto da gestão desta UJ, são gerenciadas pela Unidade Orçamentária.

Quadro A.2.2 – Execução financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo ¹	Prioridade ²
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	0662	2726	A	3
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8600	P	3
06 - Segurança Pública	181 - Policiamento	1353	8980	P	3
06 - Segurança Pública	122 - Administração Geral	0750	2000	A	3
06 - Segurança Pública	125 - Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3
06 - Segurança Pública	128 - Formação de Recursos Humanos	0662	4572	A	3
06 - Segurança Pública	183 - Informação e Inteligência	0662	2720	A	3
09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	0089	0181	A	3

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2010

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

2.4. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3- Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação da Unidade

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011 dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de São Paulo também executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a construção da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Presidente Prudente, obra com execução durante todo o exercício de 2009 e 2010, com previsão de conclusão para março de 2011.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos diretamente administrados pela SR, abrange a gestão da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerado a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Ressalta-se que a SR/DPF/SP não é unidade orçamentária e não recebe créditos atribuídos originalmente pela LOA.

2.4.2. Execução Orçamentária das Despesas

O quadro abaixo, denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ, contempla duas (2) colunas com informações sobre a Despesa Empenhada e a Despesa Liquidada, cada uma delas dividida nos exercícios 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “Licitação” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “Contratações Diretas” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “Regime de Execução Especial” está o



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “Pagamento de Pessoal” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias.

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2009	2010	2009	2010
Licitação	23.665.285,49	21.505.672,79	23.665.285,49	18.699.782,27
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	103.947,10	-	103.947,10	-
Concorrência	5.215.640,98	6.654.065,09	5.215.640,98	5.726.058,17
Pregão	18.345.697,41	14.851.607,70	18.345.697,41	12.973.724,10
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	5.911.981,51	10.101.741,36	5.911.981,51	8.718.740,70
Dispensa	4.503.626,73	8.958.907,90	4.503.626,73	7.613.747,45
Inexigibilidade	1.408.354,78	1.142.833,46	1.408.354,78	1.104.993,25
Regime de Execução Especial	1.127.605,78	718.699,64	1.127.605,78	716.643,82
Suprimento de Fundos	1.127.605,78	718.699,64	1.127.605,78	716.643,82
Pagamento de Pessoal	6.561.931,23	8.550.910,53	6.561.931,23	8.550.910,53
Pagamento em Folha	40.761,63	118.116,06	40.761,63	118.116,06
Diárias	6.521.169,60	8.432.794,47	6.521.169,60	8.432.794,47
Outros			-	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

- **Convite:** É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três (3) pela UJ, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até vinte e quatro (24) horas da apresentação das propostas;
- **Tomada de preços:** É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

- **Concorrência:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto;
- **Pregão:** Aquisição de bens e serviços nos termos da Lei n 10.520/2004;
- **Concurso:** É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias;
- **Consulta:** É a modalidade de licitação em que ao menos cinco pessoas, físicas ou jurídicas, de elevada qualificação, serão chamadas a apresentar propostas para fornecimento de bens ou serviços não comuns;
- **Registro de Preços:** É a modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquire bens, por intermédio do Sistema de Registro de Preços regulado pelo Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001, e alterações do Decreto 4.342, de 23 de agosto de 2002, seja como órgão gerenciador do sistema, seja como órgão participante.

Contratações Diretas: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nas duas (2) formas de contratações diretas discriminadas abaixo:

- **Dispensa:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 24 da Lei nº 8.666/93.
- **Inexigibilidade:** Montante de recursos empenhados nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

Regime de Execução Especial: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados mediante suprimento de fundos.

- **Suprimento de Fundos:** Montante de recursos empenhados nos termos dos artigos 45, 46 e 47 do Decreto nº 93.872/86.

Pagamento de Pessoal: Nesta linha serão totalizados os valores empenhados e liquidados nos dois (2) grupos de pagamento de pessoal discriminados abaixo.

- **Pagamento em Folha:** Valores pagos a pessoal mediante Folha de Pagamento;
- **Diárias:** Valores pagos a pessoal mediante diárias, inclusive a terceiros e parceiros.

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal*	40.761,63	118.116,06	40.761,63	118.116,06	-	-	40.761,63	118.116,06
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	40.761,63	118.116,06	40.761,63	118.116,06	-	-	40.761,63	118.116,06
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	40.239.679,47	50.234.215,54	38.112.000,16	46.182.336,65	2.127.679,31	4.051.878,89	38.109.541,71	46.167.135,82
39 - OUTROS SERVIÇOS DE	15.627.973,41	16.086.181,86	15.418.989,85	14.640.570,48	208.983,56	1.445.611,38	15.418.920,40	14.640.570,48



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - OP.INT.ORB.									
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	9.686.889,29	11.264.967,69	9.588.137,92	9.591.228,91	98.751,37	1.673.738,78	9.588.137,91	9.576.028,08	
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	6.768.748,96	8.432.794,47	6.521.169,60	8.432.794,47	247.579,36	0,00	6.518.980,61	8.432.794,47	
30 - MATERIAL DE CONSUMO	3.200.525,97	3.308.941,76	2.214.537,95	2.761.680,14	985.988,02	547.261,62	2.214.537,95	2.761.680,14	
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.779.044,01	1.322.081,67	1.433.342,91	1.288.977,91	345.701,10	33.103,76	1.433.342,91	1.288.977,91	
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.226.818,52	908.259,40	1.075.944,45	718.494,41	150.874,07	189.764,99	1.075.944,45	718.494,41	
93 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.174.718,31	1.488.825,10	1.111.011,64	1.488.825,10	63.706,67	0,00	1.111.011,64	1.488.825,10	
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	774.961,00	7.353.504,28	748.865,84	7.195.171,94	26.095,16	158.332,34	748.665,84	7.195.171,94	
47 - OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	-	68.659,31	-	64.593,29	-	4.066,02	-	64.593,29	

*As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	3.938.882,52	4.554.841,25	927.677,64	3.470.628,05	3.011.204,88	1.084.213,20	927.677,64	3.470.628,05
51 - OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.	3.500.000,00	4.211.400,00	558.828,79	3.289.701,74	2.941.171,21	921.698,26	558.828,79	3.289.701,74
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.	438.882,52	343.441,25	368.848,85	180.926,31	70.033,67	162.514,94	368.848,85	180.926,31
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-

2.4.3. Indicadores Institucionais

2.4.3.1. Indicadores de Desempenho

É usada como referência a relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais e o total de inquéritos policiais instaurados. Devido ao acúmulo de inquéritos instaurados nos últimos exercícios, existia uma maior demora na conclusão desses procedimentos. No exercício de 2010 houve uma diminuição do prazo



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Relatório de Gestão de 2010

médio para a conclusão dos inquéritos, tendo aumentado o número de procedimentos concluídos em relação aos inquéritos abertos. O tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal também serve como indicador de desempenho.

2.4.3.2. Análise do Desempenho

No exercício de 2010 aumentou, consideravelmente, a quantidade de inquéritos relatados, além da ênfase nas investigações e operações policiais, resultando em várias prisões e no crescimento do combate ao crime organizado.

Tendo como objetivo dotar as unidades descentralizadas de prédio próprio e da expansão das instalações da Superintendência Regional encontra-se em andamento a construção da Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente, além da realização de diversos estudos para viabilizar a construção de sede própria para as demais delegacias descentralizadas.



3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

– não ocorreu no período –

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E O SALDO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O quadro abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de 2010, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação.

Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	200,02	(200,02)	-	-
2008	723.823,02	(723.823,02)	-	-
2007	1.178,47	(1.178,47)	-	-
2006	1.660,35	(1.660,35)	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	4.963.391,32	(867.867,43)	4.043.368,45	52.155,44
2008	1.660.278,31	(1.223.354,82)	436.923,49	-
2007	-	-	-	-
2006	-	-	-	-
Observações:				

Fonte: SIAFI, SIAFI Gerencial

4.2. ANÁLISE CRÍTICA

A evolução da estratégia dos restos a pagar não processados seguiu no sentido de reduzir o montante acumulado. Após análise crítica, verificou-se que diversos créditos não seriam necessários a UJ, o que ensejou no número elevado de cancelamentos. Parte significativa dos valores inscritos trata-se de adesão à ata de registro de preços para aquisição de veículos, na qual constatou-se, posteriormente, a ausência de vantajosidade e que viaturas semelhantes poderiam ser adquiridas por preços menores para a Administração, de forma que todo o empenho foi cancelado.

Da tabela acima, constata-se que grande parte dos valores pagos refere-se à construção da Delegacia de Presidente Prudente, cuja finalização está prevista para julho de 2011.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Outro fator que influenciou a permanência de restos a pagar foi a dificuldade para liquidação de algumas notas fiscais/faturas, fato já superado.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	1834	38	04
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	1608	38	04
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	1608	38	04
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	226	-	-
1.4.1 Cedidos	-	07	-	-
1.4.2 Removidos	-	216	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	03	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	77	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	04	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	04	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	73	-	-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2.3.1	Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	73	-	-
2.3.2	Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3	Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3	Total	-	1911	38	4

Fonte: SIAPE

Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	*	*	*	*	*
1.1. Membros de poder e agentes políticos	*	*	*	*	*
1.2. Servidores de Carreira	*	*	*	*	*
1.3. Servidores com Contratos Temporários	*	*	*	*	*
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	*	*	*	*	*
2. Provimento de cargo em comissão	*	*	*	*	*
2.1. Cargos de Natureza Especial	*	*	*	*	*
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	*	*	*	*	*
2.3. Funções gratificadas	*	*	*	*	*

Fonte: SRH

*Conforme informado pelo Setor de Recursos Humanos, as informações solicitadas no Quadro A.5.2 não estão disponíveis por problemas de organização sistemática do SIAPE.

Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	2	8	158	1400	20	20	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	2	8	158	1400	20	20	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	-	-	-	-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	73	04	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	04	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	73	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH

Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	422	35
1.1 Voluntária	422	33
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	2
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	23	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	23	-
2.4 Outras	-	-

Fonte: SRH

Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
---------------------------------------------------	--------------------------------------	-----------------------------------



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

1. Integral	159	-
2. Proporcional	-	-

Fonte: SRH

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	Jan Fev Mar	Abr Mai Jun	Jul Ago Set	Out Nov Dez	-
• Área Fim	52 52 51	57 49 66	62 61 57	57 54 53	320.896,57
• Área Meio	-	-	-	-	-
Nível Médio					
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: SRH

Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	296.578.714,95	-	5.710.465,92	397.956,79	3.099.171,06	-	-	305.786.308,72
2009	306.462.434,11	-	2.388.983,87	1.348.691,90	2.888.595,54	-	-	313.088.705,72
2010	397.186.210,07	-	2.992.200,30	1.436.172,33	5.774.361,52	-	-	407.388.944,22
Servidores com Contratos Temporários								



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	1.014.848,00	-	35.129,74	1.412,85	10.367,28	-	-	1.061.757,87
2009	1.040.678,66	-	21.168,00	7.480,20	12.095,16	-	-	1.081.422,02
2010	829.388,84	-	33.740,00	7.653,80	23.090,34	-	-	893.872,98
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	83.419,90	-	25.075,56	-	-	-	-	108.495,46
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	819.827,57	-	49.484,06	-	6.911,52	-	-	876.223,15
2009	1.066.999,92	-	83.781,18	-	6.911,52	-	-	1.157.692,62
2010	1.072.370,04	-	87.272,66	-	13.951,96	-	-	1.173.594,66
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	6.132.280,15	-	245.238,49	9.802,00	-	134.281,57	-	6.521.602,21
2009	8.229.541,64	-	262.749,75	10.073,00	-	138.403,60	-	8.640.767,99
2010	8.246.980,04	-	270.744,11	6.201,00	-	269.952,00	-	8.793.877,15

Fonte: SRH, SIAPE

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado de São Paulo													
UG/Gestão: 200360/001						CNPJ: 003944940040/42							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

2010	V	O	033/2010	066.700.29 5/0001-17	16/08/2010	16/08/2011					C			19P
2010	V	O	034/2010	066.700.29 5/0001-17	16/08/2010	16/08/2011					C			10P
2010	V	O	035/2010	066.700.29 5/0001-17	16/08/2010	16/08/2011					C			9P
2010	V	O	036/2010	010.478.35 3/0001-55	16/08/2010	16/08/2011					C			12P
2010	V	O	037/2010	066.700.29 5/0001-17	16/08/2010	16/08/2011					C			12P
2010	L	O	023/2010	55.905.350/ 0001-99	11/05/2010	11/05/2011	P							
2010	L	O	024/2010	55.905.350/ 0001-99	11/05/2010	11/05/2011	P							P
2010	L	O	025/2010	55.905.350/ 0001-99	11/05/2010	11/05/2011	P							
2010	L	O	026/2010	55.905.350/ 0001-99	11/05/2010	11/05/2011	P							
2010	L	O	027/2010	08.279.353/ 001-84	11/05/2010	11/05/2011	P							

Observação: No período, não foram adotadas medidas de substituição de terceirizados por servidores concursados, conforme preconiza o Acórdão do TCU 1520/2006P, ressaltando que tal medida não é da competência desta UJ, e sim dos Órgãos Centrais.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG

Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante							
Nome: Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional no Estado de São Paulo							
UG/Gestão: 200360/001				CNPJ: 003944940040/42			
Informações sobre os contratos							
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do	Empresa Contratada	Período contratual de	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

			Contrato	a (CNPJ)	execução das atividades contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	7	O	029/2010	05.576.482/ 0001-46	01/06/2010	23/02/2011				C			379 P
2008	7	O	029/2008	00.482.840/ 0001-38	26/06/2008	27/12/2009				C			44P
2010	7	O	015/2010	03.780.497/ 0001-04	23/2/2010	31/05/2010				C			430 P

Observação: No período, não foram adotadas medidas de substituição de terceirizados por servidores concursados, conforme preconiza o Acórdão do TCU 1520/2006P, ressaltando que tal medida não é da competência desta UJ, e sim dos Órgãos Centrais.

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SELOG

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
029/2010-SR/DPF/SP	9	379	Superintendência Regional
029/2008-SR/DPF/SP	9	176	Delegacia Especial do Aeroporto Internacional de Guarulhos

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

- | | |
|----------------------------------------------|------------|
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 9. Outras. |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | |

Fonte: SELOG

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Para fornecer indicadores gerenciais de recursos humanos, e visando integrar o desempenho e o desenvolvimento profissional, o Órgão Central do Departamento de Polícia Federal está implantando o programa de Gestão por Competências, o qual permitirá que o conjunto de habilidades, conhecimentos e atitudes que cada indivíduo adquire ao longo da vida, por meio da formação e das experiências, seja sistematicamente direcionado para a consecução das atividades realizadas no ambiente de trabalho.

Tal gestão visa à motivação do servidor, à profissionalização do serviço desenvolvido na Polícia Federal e à otimização da forma e dos recursos envolvidos na busca pelos resultados almejados pela Instituição.

Em relação às informações de lotação de pessoal, conforme pode ser observado nos quadros 5.6-a e 5.6-b, o número de Agentes de Polícia Federal está muito aquém daquele considerado necessário para a realização das atribuições do cargo, tendo em média 01 APF por 60.245 habitantes, quando a média nacional é de 1/33.785 APF/habitante, sendo considerada ideal a relação de 1/10.000 APF/habitante.

Ainda, de acordo com o SRH/SR/DPF/SP, verifica-se a carência de pessoal em todos os outros cargos, cujas lotações neste estado são insuficientes, ressaltando-se, em especial, a falta de perspectiva para a realização de concurso público

Quadro 5.6-a - Entrada e saída de servidores da SR/DPF/SP

SR/DPF/SP	AADM	PPF	APF	EPF	PCF	DPF
Vacâncias	1	1	4	-	-	-
Exonerações	-	-	-	1	-	-
Aposentadorias	1	1	17	3	-	10
Presos, Suspensos e afastados	5	1	17	4	-	7
Demissões	-	-	4	-	-	-
Remoções para fora do estado	2	1	34	26	9	17
Remoções dentro de SP	2	2	33	45	7	9
Servidores empossados	-	-	-	-	3	1
Servidores reintegrados	-	-	-	-	-	-
Servidores reconduzidos	-	-	-	-	-	-
Retorno à atividade por determinação do TCU	-	-	-	-	-	-

Quadro 5.6-b- Saldo de servidores da SR/DPF/SP

SR/DPF/SP	AADM	PPF	APF	EPF	PCF	DPF
Saída de servidores da SR/SP	9	4	76	34	9	34
Chegada de servidores na SR/SP	2	2	33	45	10	10
Saldo positivo/negativo de servidores	-7	-2	-43	11	1	-20



6. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTO CONGÊNERES

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de São Paulo não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

7.1. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

A informação está estruturada conforme o quadro abaixo, que dispõe diversas afirmativas sobre os seguintes aspectos do sistema de controles internos da UJ: ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua				X	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
validade e qualidade ao longo do tempo.					
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Foi solicitado o preenchimento do quadro A.9.1 a 10 servidores representantes de áreas estratégicas e a média das pontuações obtidas forneceu os resultados apresentados.					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

FONTE: SELOG, GAB/SR



8. INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS, MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Seguindo as orientações da AGU, todos os contratos celebrados apresentam cláusulas referentes à sustentabilidade ambiental.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel Reciclado.					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none">Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> Foi solicitado o preenchimento do quadro A.10.1 a 5 servidores envolvidos nas ações de gestão ambiental e a média das pontuações obtidas forneceu os resultados apresentados.					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

FONTE: CPL, GAB/SR



9. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UJ, CLASSIFICADO COMO “BENS DE USO ESPECIAL”, DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/SP no final dos exercícios 2009 e 2010.

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF SP	7	7
	Santos	1	1
	Bauru	1	1
	São José do Rio Preto	1	1
	São Paulo - Capital	4	4
Subtotal Brasil		7	7
EXTERIOR	PAÍS	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: GTED, GAB/SR

O quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela SR/DPF/SP no final dos exercícios de 2009 e 2010.

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF SP	20	20
	Araçatuba	1	1
	Araraquara	1	1



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

	Campinas	1	1
	Cruzeiro	1	1
	Jales	1	1
	Marília	1	1
	Piracicaba	1	1
	Presidente Prudente	1	1
	Sorocaba	1	1
	São Sebastião	1	1
	Santos	1	1
	Ribeirão Preto	1	1
	São José dos Campos	1	1
	São Paulo – Capital (postos de passaporte)	7	7
Subtotal Brasil		20	20
EXTERIOR	PAÍS	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		20	20

Fonte: GTED, GAB/SR

No quadro acima foram considerados, também, os imóveis ocupados por cessão de uso.

O quadro a seguir, denominado **Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da SR/DPF/SP**, está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2010, estavam sob a responsabilidade da SR/DPF/SP, da DPF/STS/SP e da DPF/CAS/SP.

Quadro A.11.3– Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

200360	-	23	7	-	-	-	-	202.512,20	
200360	-	13	4	-	-	-	-	28.800,00	
200360	-	23	3	-	-	-	-	-	
200360	-	3	7	-	-	-	-	-	
200360	-	13	4	-	-	-	-	2.016.000,00	
200360	-	23	6	-	-	-	-	-	
INSS	-	3	7	-	-	-	-	-	
CEF	-	3	4	-	-	-	-	2.247.312,20	
Total								Σ	2.247.312,20

Fonte: GTED, GAB/SR

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |

Análise crítica:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

A maioria dos imóveis ocupados pelas delegacias da Polícia Federal em São Paulo é locada de terceiros. A SR/DPF/SP tem feito gestões junto aos órgãos centrais responsáveis para a viabilização da construção de sede própria para todas as unidades, em razão das peculiaridades exigidas para a instalação de uma unidade policial.

A SR/DPF/SP também tem buscado opções alternativas e complementares à construção, como a doação de terrenos, bem como imóveis passíveis de adequação para a atividade policial.

10. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) DA UJ

As informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da SR/DPF/SP, contemplam os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Quadro A.12.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					1 servidor e 20 terceirizados
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Relatório de Gestão de 2010

11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Respondido individualmente pelo chefe em exercício do Setor de Tecnologia da Informação.					
<u>LEGENDA</u>					
<u>Níveis de avaliação:</u>					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: STI



11. INFORMAÇÃOE SOBRE AS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ, BEM COMO SOBRE AS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL VOLTADAS PARA A AVERIGUAÇÃO DA REGULARIDADE DAS RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

– não se aplica à natureza jurídica da UJ –

12. INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

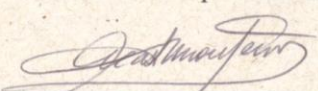
– não ocorreu no período –

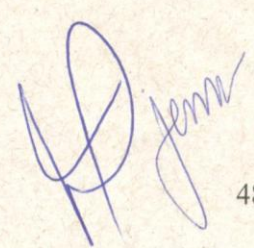


PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

13. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

Quadro B.1.2.a - Declaração do Contador da SR/DPF/SP

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo		200360, 200361	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p style="text-align: center;"></p>			
Local	São Paulo, SP	Data	29 de março de 2011
Contador Responsável	Aparecido Castanheda Monteiro	CRC n°	1SP104204





Quadro B.1.2.b - Declaração do Contador da DPF/STS/SP

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Delegacia de Polícia Federal em Santos		200362, 200363	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Santos, SP	Data	28 de março de 2011
Contador Responsável	Rodrigo Gonçalves Teixeira	CRC n°	1RJ088465/T-4



13. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

– não se aplica à natureza jurídica da UJ –

14. INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO

– não se aplica à natureza jurídica da UJ –

15. INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS SALDOS DOS FINANCIAMENTOS, RENEGOCIAÇÕES, AÇÕES DE EXECUÇÃO, RESSARCIMENTOS E INADIMPLÊNCIA DOS RECURSOS ORIUNDOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO.

– não ocorreu no período –

16. INDICADORES DE DESMPENHO DAS IFES NOS TERMOS DA DECISÃO Nº TCU 40/2002.

– não ocorreu no período –

17. RELATÓRIO DE REVISÃO DOS CRITÉRIOS ADOTADOS QUANTO À CLASSIFICAÇÃO NOS NÍVEIS DE RISCO E DE AVALIAÇÃO DO PROVISIONAMENTO REGISTRADO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADO PELO AUDITOR INDEPENDENTE NA FORMA DO ART. 12 DA RESOLUÇÃO BACEN Nº 2682, DE 21/12/1999.

– não se aplica à natureza jurídica da UJ –

18. INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UJ, MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.

– não se aplica à natureza jurídica da UJ –

19. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

– não ocorreu no período –



21. INFORMAÇÕES A RESPEITO DA DESIMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS

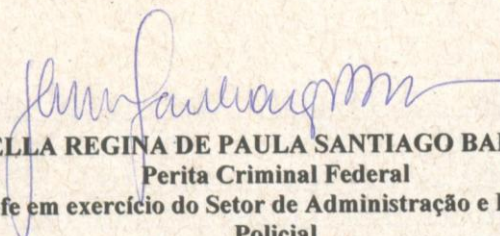
– não ocorreu no período –

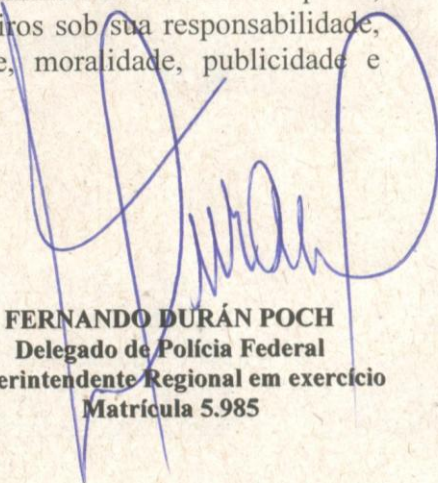
22. INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

Na utilização de cartões de pagamento do governo federal, foram observadas as disposições dos Decretos nº 5.355/2005 e nº 6.370/2008 e da IN 11/2009.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS, PELOS RESPONSÁVEIS, RELEVANTES PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO

A Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo mantém constante aperfeiçoamento dos procedimentos e controles operacionais e administrativos a fim de aplicar, da melhor maneira possível, os recursos orçamentários e financeiros sob sua responsabilidade, sempre buscando a economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, Princípios que regem a Administração Pública.


STELLA REGINA DE PAULA SANTIAGO BAHIENSE
Perita Criminal Federal
Chefe em exercício do Setor de Administração e Logística
Policial
Matrícula 13.447


FERNANDO DURÁN POCH
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional em exercício
Matrícula 5.985